

Bancos suíços vêem situação difícil no Brasil

FROTA NETO

Genebra — Diante da situação crítica da economia brasileira, parece, as vezes, difícil que partidos da Oposição Moderada formem coalizão com o governo sem, ao mesmo tempo, colocar muito alto o mínimo (o piso) de suas reivindicações políticas. Essa observação consta de estudo conjuntural da União de Bancos Suíços (UBS), destinado aos seus clientes. O estudo dedica sua parte inicial aos problemas de democratização do Brasil, registra a evolução de nossa economia nos últimos dois anos e traça algumas perspectivas sobre o futuro próximo.

O trabalho da UBS concorda com a evolução na produção agrícola. Admite a redução na dependência do petróleo importado. Indaga se o Amazonas poderá ser um "novo Eldorado". Critica a forte presença do Estado no sistema bancário. Lembra que a Suíça é o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil. Destaca que a inflação é o "problema permanente" de nossa economia. E diz que ainda por algum tempo a "principal fonte

de preocupações" do governo de Brasília serão equilíbrio do balanço de pagamentos, redução da dívida externa e luta contra a inflação.

DEMOCRATIZAÇÃO

Sobre o processo político, o estudo da União dos Bancos Suíços diz que o presidente Figueiredo tem encontrado algumas dificuldades para executar a "abertura política" e a liberalização do regime. Anota que há, dentro do governo, quem considere que esse processo está sendo muito rápido. E mostra dificuldades em possíveis alianças eleitorais do governo com "certos grupos moderados da Oposição". No entender da análise, em vista da "situação crítica da economia" parece difícil que outro partido esteja disposto a formar uma coalizão governamental (com o PDS, é claro). Para que isso se tornasse possível, essas oposições moderadas "colocariam muito alto o mínimo (o piso) de suas reivindicações políticas".

Quanto à abordagem econômica, ela é aberta com o destaque para a agricultura — "setor prioritário" que, no governo Figueiredo ocupa

o espaço anteriormente dado a indústria. Quanto aos investimentos estrangeiros, fala, rapidamente, num "nacionalismo econômico crescente" que está criando dificuldades para empresas estrangeiras se beneficiarem com certas vantagens que são exclusividade de "empresas nacionais".

PERSPECTIVAS

O estudo da UBS diz que este ano a dívida externa pública e privada (a médio prazo e a longo prazo) deverá fechar em 61 bilhões de dólares, a curto prazo são USDLRS 8,5 bilhões. Só de serviço da dívida (juros e amortização) o Brasil deverá pagar USDLRS 14,7 bilhões ou seja, 57% das exportações se o país conseguir vender 26 bilhões de dólares, como querem as autoridades econômicas brasileiras.

O Estado é um dos grandes culpados pela elevada e acelerada inflação, acentua o estudo da União dos Bancos Suíços para seus clientes. Mas não se antecipa a taxa provável da alta dos preços com que se fechará 1981. Há, apenas a anotação do governo num intervalo entre

90% e 100% ao final do período. Quanto a balança comercial, mesmo com regressividade do déficit (como anunciado em Brasília) é possível ainda que cresça até USDLRS 2,8 bilhões de 1980. Apesar dessas dificuldades, os meios financeiros internacionais "FMI à frente" tem reagido favoravelmente às mudanças na política econômica do Brasil. Entre esses pontos está que a procura da melhoria do balanço de pagamento foi colocada à frente da luta anti-inflacionária e do crescimento mais acelerado.

Mas as coisas não se passam apenas no interior da administração da economia no Brasil. A UBS não esquece de lembrar que o balanço de pagamento brasileiro depende (e muito) de fatores externos tais como o preço do petróleo (que tem sido menos angustiante) e o protecionismo crescente dos principais países compradores (cada vez mais preocupante). Este, um rápido perfil de uma economia que "por muito tempo ainda terá, como principal fonte de preocupações" o balanço de pagamentos, a dívida externa e a inflação